

ENTREVISTA - JOÃO AFONSO FIALHO, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTOR DA ASAP

“NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS, A ORDEM ESTEVE DE COSTAS VOLTADAS PARA AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS”



■ É um tempo novo, de diálogo, aquele que João Afonso Fialho, presidente do Conselho Director da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), espera com chegada de Guilherme Figueiredo a bastonário. Isto depois de nos últimos nove anos, afirma, não ter havido claramente diálogo entre a Ordem dos Advogados e o sector da advocacia organizado em regime societário. Em jeito de balanço a um mandato que termina no final de Fevereiro, o líder da ASAP admite que alguns dos seus projectos ficaram por concretizar, embora saliente que “apesar dos constrangimentos”, fica trabalho feito, tendo

sido possível, nomeadamente, “que passasse a haver uma maior intervenção das sociedades na vida da associação”.

“Nos últimos nove anos, a Ordem esteve de costas voltadas para as sociedades de advogados. Não houve claramente diálogo e fizemos eco dessa realidade sempre que considerámos pertinente”, afirma João Afonso Fialho. Contudo, adianta, “estamos perante uma mudança de página, e o mais importante é aquilo que o actual bastonário da Ordem dos Advogados se propõe fazer”. Do diálogo já mantido e das declarações públicas de Guilherme Figueiredo, ...

“NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS, A ORDEM ESTEVE DE COSTAS VOLTADAS PARA AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS. NÃO HOUVE CLARAMENTE DIÁLOGO E FIZEMOS ECO DESSA REALIDADE SEMPRE QUE CONSIDERÁMOS PERTINENTE”



ROLEX

O YACHT-MASTER

Relógio emblemático que incorpora uma herança náutica que remonta aos anos 1950.

Mais do que contar o tempo, conta a história.



OYSTER PERPETUAL YACHT-MASTER 40



MARCOLINO

SINCE 1926

PORTO - RUA DE SANTA CATARINA 84, TEL. 222 001 606
PORTO - PALÁCIO DAS CARDOSAS, PRAÇA DA LIBERDADE 19, TEL. 220 146 320

o presidente do Conselho Director da ASAP fica com a certeza de que este irá ser o porta-voz de todos os advogados.

De acordo com João Afonso Fialho, uma das certezas já obtidas é a de que o actual bastonário se propõe “alterar o regime fiscal desfavorável a que as sociedades de advogados estão sujeitas”. Outra, a de que pretende avançar com a regulação da relação profissional entre as firmas de advocacia e os advogados seus associados. Aliás, o presidente da ASAP sublinha que, relativamente a este último ponto, e face à falta de legislação, “existiu a preocupação de incluir no Código de Conduta da própria associação, aprovado pela grande maioria das associadas, normas sobre o relacionamento das sociedades com os associados”.

“Temos a certeza de que a maioria das sociedades se sentirá mais confortável com a existência do código de conduta da ASAP. Não é uma lei, mas ajuda a que o relacionamento profissional obedeça a determinados critérios”, enfatiza, não deixando contudo de frisar a necessidade de uma intervenção legislativa nesta matéria: “É óbvio que as sociedades de advogados preferem a segurança de um regime jurídico claro, de modo que seria preferível a sua existência, até para tornar possível uma maior dignificação da profissão”.

É aliás neste sentido que vai outra das ideias da ASAP para a relação de abertura e diálogo que este sector da advocacia pretende manter com Guilherme Figueiredo. É uma ideia que passa por levar as próprias sociedades de advogados a poderem colaborar com a Ordem na área da formação. Neste sentido, João Afonso Fialho lembra que há inclusivamente em algumas firmas de advocacia formadores devidamente certificados, pelo que existe abertura para que estes saberes possam chegar a outros pares profissionais.

“É ÓBVIO QUE AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS PREFEREM A SEGURANÇA DE UM REGIME JURÍDICO CLARO, DE MODO QUE SERIA PREFERÍVEL A SUA EXISTÊNCIA, ATÉ PARA TORNAR POSSÍVEL UMA MAIOR DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO.”

REGIME FISCAL, CONCORRÊNCIA E MULTIDISCIPLINARIEDADE

Em reunião recente do Conselho Estratégico da ASAP, que integra, além dos membros do Conselho Director, um conjunto de advogados que são convidados para reflectir sobre os diferentes temas que mexem com este sector de actividade, foi aprovado um conjunto de propostas para colocar sobre a mesa, no diálogo a desenvolver com o bastonário Guilherme Figueiredo. Estão em causa questões como o já referido regime fiscal, a concorrência ou a multidisciplinarietà, revela o nosso interlocutor.

“É importante que se defina quem podem ser os titulares do capital social das sociedades. Se deve ou não existir a possibilidade de admissão de sócios de outras profissões. Por exemplo, uma sociedade de advogados especializada em urbanismo e reabilitação urbana, poderá querer contar com especialistas em engenharia ou arquitectura”, observa João Afonso Fialho, a pretexto da multidisciplinarietà das firmas de advocacia, tema fracturante no sector, e que por isso mesmo necessita de clarificação.

Alias, tal como sucede com a temática da concorrência - quanto ao regime fiscal - entre as sociedades de advogados e entre estas e as empresas de consultoria e auditoria que desenvolvem a sua actividade no nosso país. Desde logo, observa o presidente da ASAP, “não se compreende” que as sociedades de matriz portuguesa sejam tratadas de forma distinta face às sucursais de sociedades de advogados estrangeiras, já que apenas as primeiras estão obrigadas ao chamado regime de transparência fiscal.

“Não faz sentido que uma sucursal de uma sociedade de advogados estrangeira possa beneficiar de um regime fiscal mais favorável do que as sociedades de matriz portuguesa. Assim como também não é compreensível que exista um regime que permita às auditoras tirarem vantagem face às sociedades de advogados”, explica João Afonso Fialho.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES JÁ PODE AVANÇAR

Em fase final de mandato, João Afonso Fialho admite que alguns dos objectivos do actual conselho director por si presidido ficaram por concretizar. O facto de a ASAP funcionar sem uma estrutura profissional própria - o seu funcionamento está dependente do apoio de profissionais das organizações societárias

“NÃO FAZ SENTIDO QUE UMA SUCURSAL DE UMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS ESTRANGEIRA POSSA BENEFICIAR DE UM REGIME FISCAL MAIS FAVORÁVEL DO QUE AS SOCIEDADES DE MATRIZ PORTUGUESA. ASSIM COMO TAMBÉM NÃO É COMPREENSÍVEL QUE EXISTA UM REGIME QUE PERMITA ÀS AUDITORAS TIRAREM VANTAGEM FACE ÀS SOCIEDADES DE ADVOGADOS.”

a que os dirigentes estão ligados - acaba por criar dificuldades de vária ordem no que diz respeito à actividade desenvolvida pela associação. Algo a que não é estranho, tal como frisa o nosso interlocutor, ao facto de a ASAP viver “quase em exclusivo das quotizações das suas associadas”.

Um dos projectos que, para já, fica em “stand by” é o da criação de uma entidade para dirimir litígios que envolvam firmas de advocacia. Um centro de mediação e arbitragem focado apenas na resolução de conflitos entre sociedades de advogados, entre sociedades de advogados e sócios e entre os sócios de sociedades de advogados.

Muitos destes diferendos, tal como evidencia João Afonso Fialho, são de difícil resolução e não há interesse nem das sociedades nem dos seus sócios discutir estes temas nos tribunais judiciais, daí a necessidade da existência de um fórum especializado onde esses conflitos possam ser dirimidos. O centro de arbitragem e mediação não avançou, mas o trabalho preparatório fica feito.

“Toda a regulamentação deste centro de arbitragem foi desenvolvida. O projecto não avançou apenas por razões de ordem logística. Isto é, devido à impossibilidade de profissionalizar a associação e de criar os meios que pudessem assegurar o reconhecimento de avançar com um projecto credível neste âmbito”, explica João Afonso Fialho. ...



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
GLOBAL
SCHOOL OF
LAW

LL.M. INTERNATIONAL BUSINESS LAW

ADVANCED
MASTER OF LAWS

*Aposte numa carreira
sem fronteiras*

- LL.M. especializado para quem procura uma carreira no Direito Internacional dos negócios
- Programa avançado, intenso e exigente
- Abordagem inovadora ao Direito transnacional, Anglo-Americano e Europeu
- Corpo docente: académicos e profissionais de topo a nível global
- Pelo 7º ano consecutivo entre os mais inovadores do mundo (Financial Times)

CATÓLICA
GLOBAL SCHOOL
OF LAW

CUTTING EDGE
LEGAL EDUCATION

FT
INNOVATIVE
LAW SCHOOL

www.catolicalaw.fd.lisboa.ucp.pt

catolica.law@ucp.pt

PARCEIROS





“NÃO QUERÍAMOS QUE A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA FOSSE APENAS UMA FEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA. [ERA PRECISO ESPERAR QUE ANGOLA APROVASSE REGULAMENTAÇÃO PARA O SECTOR].”

Outro dos projectos que ficou por implementar foi o que visava a criação de uma confederação de associações de sociedades de advogados dos países onde o português é a língua oficial. O presidente da ASAP lembra que “quando o actual conselho director tomou posse, havia a expectativa de que fosse possível a adopção de forma célere de legislação que regulasse a actividades das sociedades de advogados nos países africanos de expressão lusófona”. Se é verdade que em Moçambique o quadro jurídico já tem algum tempo, Angola tem essa regulamentação apenas desde o final do ano passado.

“Não quisemos avançar antes que a regulamentação existisse naqueles países, apesar de tal ser possível se nos cingíssemos a Portugal e

ao Brasil. A questão é que não queríamos que a federação das associações de sociedades de advogados de países de língua portuguesa fosse apenas uma federação luso-brasileira. Em todo o caso, fica já feito o trabalho preparatório que permitirá criar essa federação”, justifica João Afonso Fialho.

Em jeito de balanço final, o ainda presidente da ASAP acredita que, não obstante as dificuldades na execução de alguns dos objectivos, há obra feita: “Apesar dos constrangimentos, considero que deixamos não só ideias, como conseguimos que passasse a haver uma maior intervenção das sociedades na vida da associação. Conseguimos cativar mais sociedades a participarem nas actividades por nós desenvolvidas, o que é positivo”.

CONJUNTURA INSTÁVEL, MAS HÁ BOAS EXPECTATIVAS

A conjuntura internacional instável, por força da incerteza em torno das decisões da nova administração norte-americana, do “Brexit” ou dos resultados das eleições que vão realizar-se em alguns países determinantes da União Europeia, como França, Alemanha, Holanda ou Itália, vai marcar em muito a evolução da economia internacional. Este contexto será fulcral para o bem e para o mal no nosso país e, claro, porque as sociedades de advogados não vivem num mundo à parte, para o sector da advocacia mais ligado à prestação de serviços jurídicos

“O ano de 2017 é um ano de absoluta incerteza. Tal não resulta apenas daquilo que são as

implicações das políticas seguidas pelo novo presidente dos Estados Unidos da América, que têm naturalmente um enorme impacto a nível mundial e que terão um impacto dramático a nível económico. Na realidade, acresce a este aspecto o facto de a Europa estar também um bocado à deriva”, observa João Afonso Fialho. Ainda assim, o presidente da ASAP tem a expectativa de que, face ao que se passa depois de Donald Trump ter assumido o poder, “que possa existir uma certa galvanização em torno das causas europeias”.

E que reflexos terá a conjuntura internacional no nosso país? O nosso interlocutor responde: “Já relativamente a Portugal, e isto já foi dito milhões de vezes, temos uma economia periférica, aberta e naturalmente à mercê do que possa acontecer à economia mundial. Estou ainda assim confiante de que a tímida recuperação económica no país possa continuar”.

Mas, como é natural, “o sector das sociedades de advogados não deixará naturalmente de sofrer os impactos do que de positivo e negativo possa acontecer ao nível da economia”, sublinha João Afonso Fialho, recordando depois que o sector “sofreu muito” com a crise dos últimos anos.

Em todo o caso, o presidente da ASAP conclui o seu raciocínio deixando uma ideia positiva: “Futurologia não faço, mas espero que no final as nuvens que têm pairado sobre o país se dissipem e que possa vir daí mais sol para a economia”. ■

“EM PORTUGAL, E ISTO JÁ FOI DITO MILHÕES DE VEZES, TEMOS UMA ECONOMIA PERIFÉRICA, ABERTA E NATURALMENTE À MERCÊ DO QUE POSSA ACONTECER À ECONOMIA MUNDIAL. ESTOU AINDA ASSIM CONFIANTE DE QUE A TÍMIDA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA NO PAÍS POSSA CONTINUAR”